

Carlos Vinícius Alves Ribeiro

ACORDOS NA JUSTIÇA ELEITORAL

Negócios Jurídicos Eleitorais

Prefácio

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

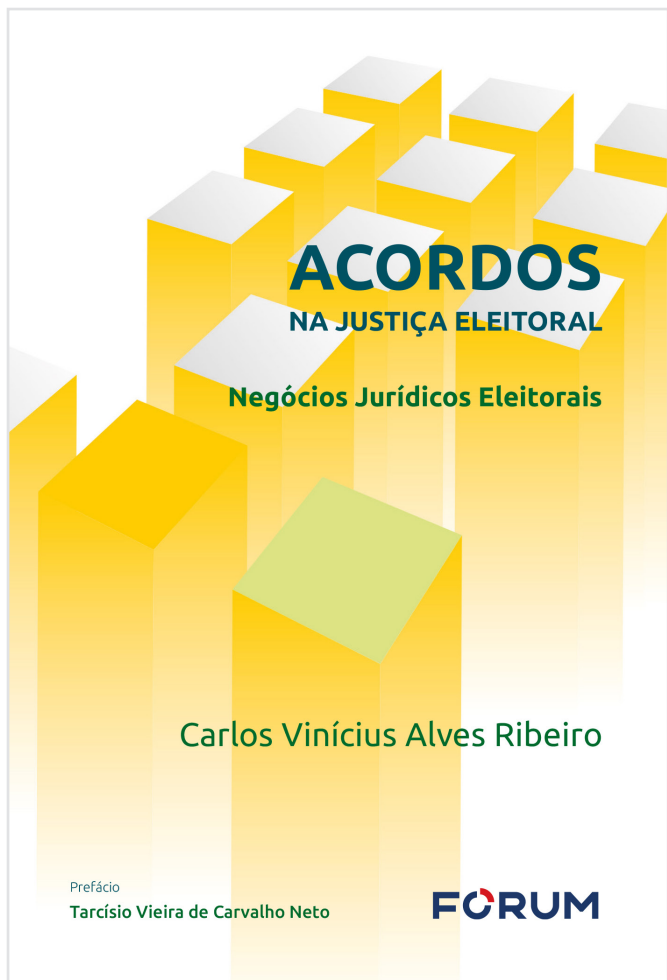
DIREITO NEGOCIAL, DIREITO PREMIAL, DIREITO
ELEITORAL, DIREITO ADMINISTRATIVO.

Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS ELEITORALISTAS.

FORMATO: 12 × 18 cm

CÓDIGO: 10001776



O direito brasileiro tem passado por transformações estruturais no que toca à possibilidade de realização de negócios jurídicos – hoje, recentemente, alargamento das hipóteses de acordos no direito penal e processual penal, no processo civil e em improbidade administrativa.

Todas essas mudanças impactam no direito eleitoral, possibilitando a aplicação do direito premial ou negocial em questões eleitorais.

A obra apresenta esse panorama, bem como detalha o impacto dessa nova fase do direito brasileiro na justiça eleitoral.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

R484a Ribeiro, Carlos Vinícius Alves
Acordos na justiça eleitoral: negócios jurídicos eleitorais / Carlos Vinícius Alves Ribeiro. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.
113 p.; 12x18cm

ISBN: 978-65-5518-025-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Negocial. 3. Direito Premial. 4. Direito Eleitoral.
I. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves. *Acordos na justiça eleitoral: negócios jurídicos eleitorais*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 113 p. ISBN 978-65-5518-025-1.

Carlos Vinícius Alves Ribeiro é Promotor de Justiça no Estado de Goiás. Membro Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público. Secretário de Planejamento e Projetos da Escola Superior do Ministério Público da União. Mestre e Doutor em Direito de Estado pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutor em Democracia pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Doutorando em Direito de Estado pela USP.

PREFÁCIO	
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	11
NOTA DO AUTOR	19
CAPÍTULO 1	
O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	21
1.1 Do Brasil Colônia aos dias atuais	22
1.2 A terceira onda: o Ministério Público da Constituição de 1988...	32
CAPÍTULO 2	
ENTRE A UNIDADE E A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL: O DILEMA DA ESFINGE – DECIFRE-ME OU DEVORO-TE	39
CAPÍTULO 3	
AS FERRAMENTAS DE ATUAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	47
3.1 Inquérito civil público	48
3.2 As recomendações	51
3.3 Os termos de ajustamento de conduta	53
CAPÍTULO 4	
PESQUISA NO DIREITO ALIENÍGENA SOBRE A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	57
4.1 Portugal	57
4.2 Espanha	58
4.3 França	60
4.4 Itália	61
CAPÍTULO 5	
ATRIBUIÇÕES ELEITORAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	63
5.1 A arquitetura do Ministério Público Eleitoral	63
5.2 Funções eleitorais do Ministério Público	65
CAPÍTULO 6	
DIREITO PREMIAL SANCIONATÓRIO NA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA	69
6.1 Ajustamento de conduta eleitoral	70
6.2 Acordo de não persecução eleitoral	83
6.2.1 O dogma da obrigatoriedade da ação penal	85
6.2.2 A contracorrente	87
6.2.3 Constitucionalizando o “princípio da obrigatoriedade”	89
CAPÍTULO 7	
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	101